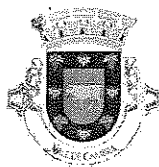


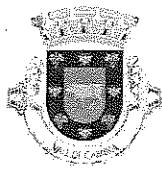
***Município  
de  
Vale de Cambra***

**Relatório de Gestão  
2011**



## ÍNDICE

1. Introdução.....	3
2. Organização do Município.....	5
2.1 - Assembleia Municipal.....	5
2.2 - Câmara Municipal.....	5
3. Participações do Município.....	8
3.1 - Participação em Entidades Societárias e não Societárias.....	8
4. Análise Orçamental.....	9
4.1 – Execução Global do Orçamento.....	10
4.1.1 – Execução do Orçamento da Receita.....	11
4.1.2 – Execução do Orçamento da Despesa.....	14
4.1.3 – Serviço da Dívida.....	18
4.1.4 - Estrutura Orçamental – Rácios.....	19
4.1.5 - Resumo dos Fluxos de Caixa.....	20
5. Endividamento.....	21
6. Análise Económico-Financeira.....	24
6.1 - Balanço.....	24
6.2 – Demonstração de Resultados.....	27
7. Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício.....	29
8 . Anexos às Demonstrações Financeiras .....	29
Introdução.....	29
8.1 – Caracterização da Entidade.....	30
8.2 – Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados.....	35
8.3 - Notas sobre o Processo Orçamental e Respetiva Execução.....	42
Anexos.....	44



## 1. Introdução

O ano de 2011 trouxe a todos os níveis da Administração Pública – Central, Regional e Local – um conjunto de limitações e constrangimentos financeiros decorrentes dos sucessivos Planos de Estabilidade e Crescimento em execução, e, depois, das exigências impostas pela aplicação do plano de ajuda financeira estabelecida entre o Estado português e instituições comunitárias e internacionais.

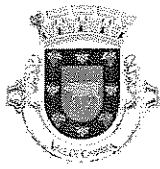
Como é por todos sabido, esta nova realidade obriga a um largo conjunto de ações e de medidas de contenção e de efetivo controlo da despesa pública, mas tem também uma incidência muito significativa perante a arrecadação das receitas, designadamente por parte das Autarquias.

As dificuldades daí resultantes têm naturalmente forte impacto nos agentes económicos, nas instituições públicas e privadas, nas famílias e nas pessoas, obrigando as Autarquias – Municípios e Freguesias – a redirecionarem muitos dos seus objetivos e estratégias tendo em vista, por um lado, a manter níveis aceitáveis de realização do interesse público das populações, por outro a enquadrarem-se nos princípios e limites impostos pela Lei e pelos instrumentos financeiros do Estado.

Face a toda esta realidade, nova e extremamente urgente, salienta-se desde já que, de acordo com o quadro legal vigente, mais uma vez, o Município reduziu em mais de 10% o excedente do endividamento, cumprindo, assim, uma exigência nuclear da Lei das Finanças Locais, evitando a aplicação de qualquer penalização.

Esta nota é tão mais importante quando tal exigência foi cumprida sem que o Município tivesse posto em causa os seus principais objetivos estratégicos, ainda que tivesse havido necessidade de reprogramação e de redefinição de alguns investimentos ou ações previstas.

Ao mesmo tempo, o ano de 2011 reforçou ainda o ciclo de modernização já iniciado na gestão da administração local. Os desafios que se colocam às autarquias no seu trabalho de resposta aos cidadãos são cada vez maiores, pela sua proximidade e complexidade que os tempos de crise que vivemos acabam por potenciar. É cada vez mais reconhecida a importância da qualidade dos serviços prestados aos munícipes, sem esquecer a



dignificação dos trabalhadores da Autarquia, à luz dos múltiplos objetivos que a Modernização Administrativa Pública Local hoje em dia nos propõe.

A concretização deste propósito só é possível de se concretizar pelo crescente reforço da relação com o cidadão / cliente, adotando as necessárias mudanças nos métodos e nos processos de trabalho e de gestão, a que têm de se associar uma indispensável mudança de mentalidades e a modernização dos equipamentos e ferramentas de trabalho.

O prosseguimento do caminho de qualidade já percorrido mantém-se, com o objetivo de o alcançar e sempre inalcançável. A perspetiva correta em tempo traçada de implementação do Sistema de Gestão da Qualidade foi reforçada, pois ele constitui um elemento estratégico de desenvolvimento e de resposta capaz às necessidades dos munícipes: a Câmara Municipal de Vale de Cambra está certificada, na sua totalidade, com a norma NP EN ISO 9001:2008.

A Câmara Municipal de Vale de Cambra reforça a convicção de que esta eficiência organizacional continuará a trazer os melhores reflexos positivos na atividade geral do município, permitindo uma constante melhoria na sua gestão orçamental, patrimonial e financeira. Os mais diversos e diversificados domínios da atividade municipal ganharam com isso mesmo, como o atesta e comprova o presente Relatório de Gestão.

Este Relatório de Gestão, que agora se apresenta, analisa a gestão do Município de Vale de Cambra no ano de 2011. Teve por base o Orçamento e as Grandes Opções do Plano (GOP's) - aprovados em devido tempo pela Câmara e Assembleia Municipais - subdivididas em Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Actividades Municipal. Contém ainda informações com base em documentos financeiros de carácter patrimonial, como é o caso do Balanço e da Demonstração de Resultados.

Neste documento apresentam-se e explicam-se os indicadores de gestão que dizem respeito à estrutura da receita, nomeadamente quanto à sua análise global, à sua distribuição por classes, à sua evolução e à sua execução orçamental.

Já quanto à despesa, o critério de apresentação seguirá a mesma linha de orientação a que se junta uma explanação mais detalhada sobre a desagregação da despesa de capital pelos objetivos e programas incluídos no Plano Plurianual de Investimentos.

Será também possível obter-se uma comparação entre a receita e a despesa, permitindo-



se assim apurar o valor com vista a uma eventual revisão orçamental a ser incluída no Orçamento de 2012, de acordo com a legislação em vigor.

Com o enquadramento apresentado e as diversas considerações introdutórias enunciadas, submete-se assim à apreciação e deliberação da Câmara Municipal, para posterior análise e aprovação pela Assembleia Municipal de Vale de Cambra, o presente Relatório de Gestão, acompanhado de todos os documentos de prestação de contas respeitantes ao ano de 2011 que lhe estão associados, cumprindo-se deste modo o preceituado no POCAL.

## **2. Organização do Município**

### **2.1 - Assembleia Municipal**

Conforme o estipulado pela Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal de Vale de Cambra, órgão com funções essencialmente deliberativas e fiscalizadoras da atividade da Câmara Municipal, é constituída por 30 membros, dos quais 21 são eleitos diretamente e 9 por inerência, pois tratam-se de Presidentes de Junta.

A Mesa da Assembleia Municipal é, assim, constituída por:

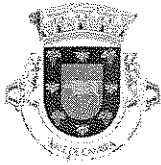
Manuel Augusto de Bastos Carvalho, Dr. - Presidente

António Fernando de Pina Marques, Dr. - 1.º Secretário

Maria de Fátima Castro Soares da Silva Fonseca, Eng.ª - 2.º Secretário

### **2.2 - Câmara Municipal**

Em conformidade com a Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal de Vale de Cambra, tem a seguinte constituição:



## PRESIDENTE

*José António Bastos da Silva, Eng.*

*Despacho 9/P/2009, de-29 de Outubro*

- Obras Municipais – em regime de Empreitada
- Recursos Humanos
- Proteção Civil
- Juntas de Freguesia
- Administração e Finanças:
  - Contabilidade
  - Aprovisionamento
  - Património
- Ordenamento do Território:
  - Estudos e Projetos
  - Informação Geográfica
  - Gestão de Candidaturas
  - Indústria
- Informação e Relações Públicas
- SAM

## VEREADORES

*Elisabete Soares Moreira da Rocha, Dr.<sup>a</sup>*

*Despacho 9/P/2009, de 29 de Outubro*

- Taxas, Licenças e Expediente Geral
- Expropriações
- Património Imobiliário
- Execuções Fiscais
- Núcleo de Atas
- Gestão Cemiterial
- Comércio, Mercados e Feiras



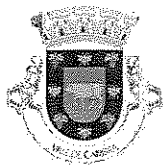
- Defesa do Consumidor
- Serviço de Sanidade Pecuária
- Desenvolvimento Social (Ação Social)
- Apoio ao empresário e ao emprego
- Educação e Ensino
- Saúde
- Transportes Escolares
- Equipamentos Escolares

*José Pedro Vieira de Almeida, Mestre Eng.ª Urbana*

*Despacho 9/P/2009, de 29 de Outubro*

- Modernização Administrativa/Qualidade
- Obras Particulares
- Obras Municipais – em regime de administração direta
- Gestão de viaturas e manutenção de equipamentos municipais
- Manutenção da rede viária e sinalização
- Segurança dos equipamentos municipais
- Fiscalização de Obras Públicas
- Serviços Urbanos e Ambiente:
  - Abastecimento de Água
  - Saneamento
  - R.S.U.
  - Metrologia
  - Higiene e Limpeza
  - Ambiente/Qualidade de Vida
  - Proteção Florestal
  - Jardins e Espaços Verdes

*Adriana Helena Silva Rodrigues, Dr.ª*



*Despacho 9/P/2009, de 29 de Outubro*

- Informática
- Cultura, Desporto e Turismo:
  - Biblioteca, Documentação e Arquivo
  - Património e Museus
  - Desporto e Tempos Livres
  - Associativismo
  - Juventude
  - Turismo
  - Gestão dos Equipamentos Culturais e Desportivos

*José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, Eng.º*

*Daniela Sofia Paiva da Silva, Dr.ª*

*Jorge Manuel Santos Silva, Eng.º*

### **3. Participações do Município**

#### **3.1 - Participação em Entidades Societárias e não Societárias**

O Município de Vale de Cambra possui participações nas seguintes entidades Societárias:

<b>Denominação</b>	<b>Capital</b>	<b>Participação</b>	<b>%</b>
ERSUC – Resíduos Sólidos do Centro, S.A.	8.500.000,00 €	96.275,00 €	1,13%
Lusitaniagás – Companhia de Gás do Centro, S.A.	20.500.000,00 €	3.895,00 €	0,02%
Municípa – Empresa de Cartografia e Sist. Informação	3.236.678,67 €	24.950,00 €	0,77%
VCP – Parque de Estacionamento de Vale de Cambra	205.000,00 €	100.450,00 €	49,00%
Primus – Promoção, Desenvolv. Regional, EMT, S.A.	813.859,02 €	499,00 €	0,06%
Energaia – Agência Energia Sul Área Metropolit. Porto	150.000,00 €	7.200,00 €	4,80%





No que respeita às Entidades não Societárias, o Município de Vale de Cambra participa nas seguintes:

Área Metropolitana do Porto
Foresp
ANMP
Porto e Norte, Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R.
AMTSM
ADRIMAG (Assoc. Desenv. Rural Integrado Serras Montemuro, Arada e Gralheira)
ADReDV (Agência Desenv. Regional Entre Douro Vouga
EDV Energia

#### **4. Análise Orçamental**

Tendo por fim o cumprimento dos princípios preconizados no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro e alterações, pretende-se com o seguinte capítulo revelar os elementos relativos à atividade financeira e patrimonial do Município, durante o ano de 2011.

Neste sentido, é evidenciada a evolução da situação económico-financeira, bem como da execução do orçamento no que se refere aos aspetos mais relevantes da atividade financeira, nos domínios das receitas e das despesas.

É, também, avaliada a evolução dos custos e proveitos, os resultados do exercício e o endividamento líquido bem como a situação financeira do Município, tendo por base os indicadores de gestão financeira apropriados à análise do Balanço e da Demonstração de Resultados.

A análise realizada é sustentada pelos elementos apresentados nos diversos documentos de prestação de contas, devidamente evidenciados nos quadros e gráficos que se seguem.



#### 4.1 – Execução Global do Orçamento

De seguida apresenta-se um quadro que evidencia os valores finais, executados e respetivos desvios, da receita e da despesa, por forma a avaliar a fiabilidade do Orçamento do Município, bem como a capacidade financeira da sua execução em função do montante arrecadado.

As taxas de execução da despesa referem-se a obrigações efetivamente pagas e não a despesas com a totalidade dos compromissos assumidos, no exercício de 2011.

QUADRO N.º 1 – EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DE 2011

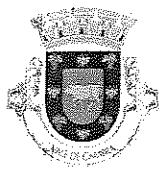
Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO	EXECUÇÃO		TAXA DE EXECUÇÃO
	FINAL (a)	VALOR (b)	DESVIO (b)-(a)	(b)/(a)
1 – Saldo da Gerência Anterior	965.777,66	965.777,66	0,00	100,00%
Receitas Correntes	12.032.362,00	11.288.668,17	-743.693,83	93,82%
Receitas de Capital	18.898.588,00	5.186.107,45	-13.712.480,55	27,44%
Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	50,00	0,00	-50,00	0,00%
<b>2 – Total de Receitas</b>	<b>31.896.777,66</b>	<b>17.440.553,28</b>	<b>-14.456.224,38</b>	<b>54,68%</b>
Despesas Correntes	11.985.077,66	9.554.169,50	-2.430.908,16	79,72%
Despesas de Capital	19.911.700,00	7.177.240,21	-12.734.459,79	36,05%
<b>3 – Total de Despesas</b>	<b>31.896.777,66</b>	<b>16.731.409,71</b>	<b>-15.165.367,95</b>	<b>52,45%</b>

Da análise efetuada verifica-se que o total do Orçamento aprovado para o exercício foi de 31.896.777,66 €, sendo o total da receita cobrada de 17.440.553,28 € e o total da despesa executada de 16.731.409,71 €.

Assim sendo, concluímos que na gerência de 2011 o total de receitas cobradas foi superior ao valor total da despesa executada, alcançando-se 54,68% e 52,45%, respetivamente.

Reconhece-se, com isto, que foi cumprido o princípio do equilíbrio orçamental, conforme



consagrado pelo POCAL, uma vez que o total das receitas foram suficientes para cobrir a totalidade das despesas e ainda, o facto das receitas correntes serem superiores às despesas correntes.

O global da despesa corresponde a um valor superior a 16,5 milhões de euros, o que se traduz num índice de realização do Orçamento de 52,45%, para 2011.

O peso do investimento no total executado foi de 42%, uma vez que superou os 7 milhões de euros.

No que se refere ao orçamento da receita este apresenta um reforço inerente à incorporação do saldo da gerência anterior, no valor de 965.777,66 €.

As receitas correntes apresentam um peso de 64,72%, o que reflete a sua boa execução. Por outro lado, o desvio verificado no total das receitas de capital devem-se, sobretudo, à diferença apurada, reflexo da atual conjuntura, na rubrica das vendas de bens de investimento previstas no orçamento inicial e na morosidade para aprovação e execução do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN).

#### 4.1.1 – Execução do Orçamento da Receita

No quadro e gráfico que a seguir se apresentam observam-se os valores da receita executada ao longo dos três últimos exercícios.

QUADRO N.º 2 – EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA RECEITA DE 2011

Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	2009		2010		2011	
	EXECUÇÃO	%	EXECUÇÃO	%	EXECUÇÃO	%
Receitas Correntes	11.205.515,32 €	52,22%	11.264.962,77 €	65,98%	11.288.668,17 €	64,73%
Receitas de Capital	10.251.118,42 €	47,78%	5.809.434,52 €	34,02%	6.151.885,11 €	35,27%
<b>Total</b>	<b>21.456.633,74 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>17.074.397,29 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>17.440.553,28 €</b>	<b>100,00%</b>

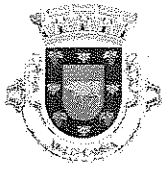
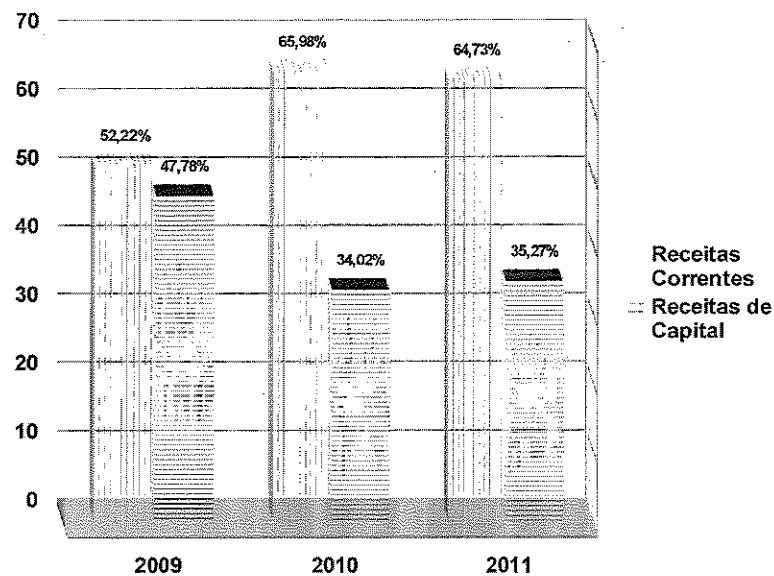
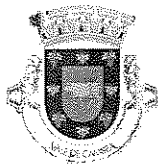


GRÁFICO N.º 1 – EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA RECEITA DE 2011



A execução da receita para o ano de 2011 foi de 17.440.553,28 €, dos quais 11.288.668,17 € diziam respeito ao montante das receitas correntes e 6.151.885,11 € respeitavam às receitas de capital executadas.

O montante da receita total cobrada registou uma taxa de execução de 54,68%, face ao valor estimado. Porém, observando-se apenas a totalidade das receitas, verifica-se que as receitas correntes são superiores às receitas de capital, correspondendo a uma taxa de execução de 64,73 % e 35,27%, respetivamente.

**QUADRO N.º 3 – EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DA RECEITA DE 2011 POR CLASSIFICAÇÃO**

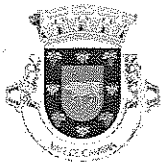
Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIA ARRECADADA		
	2009	2010	2011
Impostos Diretos	3.143.933,56 €	2.832.814,83 €	2.907.062,19 €
Impostos Indiretos	208.457,27 €	176.830,53 €	525.339,13 €
Taxas, Multas e Outras Penalidades	302.046,99 €	418.196,97 €	443.894,79 €
Rendimentos de Propriedade	650.993,92 €	652.122,03 €	669.739,93 €
Transferências Correntes	5.231.885,14 €	5.465.628,78 €	5.062.296,29 €
Venda de Bens e Serviços Correntes	1.518.488,78 €	1.567.456,81 €	1.498.768,64 €
Outras Receitas Correntes	149.709,66 €	151.912,82 €	181.567,20 €
Venda de Bens de Investimento	570.145,00 €	603.726,00 €	182.733,52 €
Transferências de Capital	3.653.902,35 €	3.928.083,77 €	5.001.749,16 €
Passivos Financeiros	5.241.261,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras Receitas de Capital	45.097,76 €	139.624,75 €	1.624,77 €
Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Saldo da Gerência Anterior	740.712,31 €	1.138.000,00 €	965.777,66 €
<b>Total</b>	<b>21.456.633,74 €</b>	<b>17.074.397,29 €</b>	<b>-17.440.553,28 €</b>

Da análise do quadro apresentado podemos concluir que as receitas próprias do Município, que resultam dos impostos diretos, impostos indiretos, taxas, multas e outras penalidades, rendimentos de propriedade, venda de bens e prestações de serviços e outras receitas correntes, representam um montante significativo, pese embora o facto das transferências, correntes e de capital, se manterem como essenciais na receita do Município.

No conjunto das receitas próprias, os impostos diretos são a rubrica que mais expressividade apresentam, atingindo 2.907.062,19 €, na gerência de 2011, seguindo-se a venda de bens e prestações de serviços correntes, com 1.498.768,64 €.

Das transferências efetuadas ao longo dos três exercícios, apresentados no quadro acima, verifica-se o aumento das transferências de capital, resultado das transferências provenientes de candidaturas a fundos comunitários.



#### 4.1.2 – Execução do Orçamento da Despesa

A despesa paga encontra-se associada à capacidade de solvência do Município, traduzida nas disponibilidades de tesouraria até 31 de Dezembro de cada exercício económico. Representa não só a despesa do ano, como a despesa transitada de anos anteriores, mas paga no ano económico em análise.

QUADRO N.º 4 – EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA DESPESA DE 2011

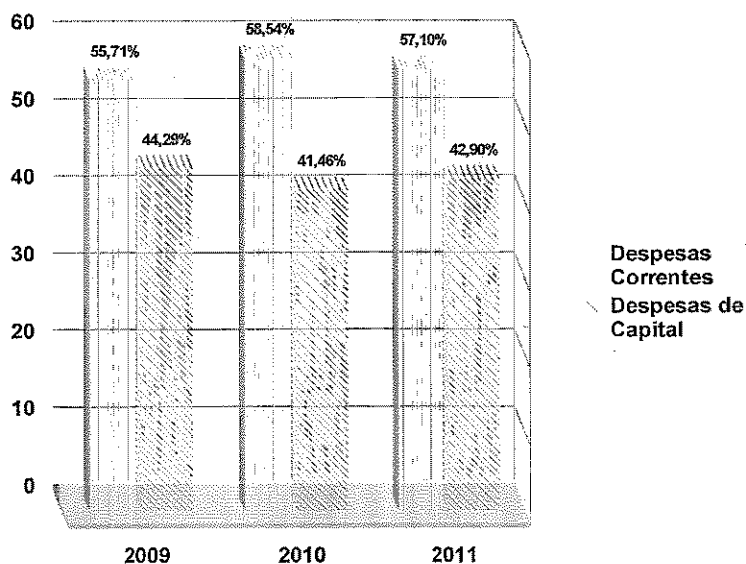
Un.: Euros (€)

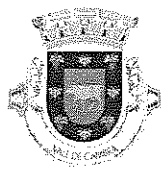
DESIGNAÇÃO	2009		2010		2011	
	EXECUÇÃO	%	EXECUÇÃO	%	EXECUÇÃO	%
Despesas Correntes	10.734.615,54	55,71%	10.045.092,50	58,54%	9.554.169,50	57,10%
Despesas de Capital	8.532.803,39	44,29%	7.114.741,94	41,46%	7.177.240,21	42,90%
<b>Total</b>	<b>19.267.418,93</b>	<b>100,00%</b>	<b>17.159.834,44</b>	<b>100,00%</b>	<b>16.731.409,71</b>	<b>100,00%</b>

Analisando a evolução global da despesa paga, no período de 2009 a 2011, verifica-se uma tendência de descida, conforme se apresenta no quadro anterior.

Conclui-se assim, que a despesa paga em 2011 ascendeu a 16.731.409,71 €, apresentando uma diminuição, comparativamente aos anos anteriores, fruto das dificuldades conjunturais que se conhecem.

GRÁFICO N.º 2 – EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA DESPESA DE 2011





Do montante total de despesa executada, 9.554.169,50 € dizem respeito a despesas de natureza corrente e 7.177.240,21 € correspondem a despesas de capital, representando um peso de 57,10% e 42,90%, respetivamente.

**QUADRO N.º 5 – EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO**

Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIA PAGA		
	2009	2010	2011
Pessoal	4.371.053,30	4.526.878,54	4.124.370,53
Bens e Serviços	3.871.052,13	2.975.267,45	3.227.706,88
Transferências Correntes	1.282.462,57	1.454.420,33	1.187.929,97
Encargos Financeiros	603.484,44	395.465,00	341.011,77
Outras Despesas Correntes	606.563,10	693.061,18	673.150,35
Investimentos	7.291.187,32	4.912.693,29	5.077.869,65
Transferências de Capital	83.162,95	190.246,77	126.340,42
Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00
Passivos Financeiros	1.158.453,12	2.011.801,88	1.973.030,14
<b>Total</b>	<b>19.267.418,93</b>	<b>17.159.834,44</b>	<b>16.731.409,71</b>

Da análise do quadro anterior podemos observar que as despesas de funcionamento, onde se incluem as despesas com o pessoal, aquisição de bens e serviços e outras despesas correntes, atingiram o valor total de 8.025.227,76 €, o que se traduz num peso de 47,97% face ao montante de despesa paga no ano de 2011.

Importa neste ponto e a exemplo dos anos anteriores referir o entendimento de que o peso que as despesas correntes possuem não consubstancia, por si só, uma situação negativa para o Município. Tal decorre, na prática, de questões meramente administrativas/burocráticas, nomeadamente de classificadores que visam a uniformização, sem terem em conta a funcionalidade/produktividade de determinadas despesas. Encontram-se nesta situação as despesas com as refeições escolares, os transportes escolares, a prestação de serviços de recolha dos RSU e limpeza urbana, a realização de eventos desportivos, culturais e recreativos de dimensão relevante, entre outros. Estes são exemplos de despesas que ainda que sejam considerados na sua forma



como correntes significam um investimento na educação, no ambiente, no desporto e na cultura, ou, resumidamente, na melhoria geral da qualidade de vida dos munícipes. Estas despesas são, assim, autênticas despesas de investimento ou, no mínimo, suas substitutas diretas.

No que se refere às despesas de capital, onde se introduzem os investimentos, as transferências de capital, os ativos e passivos financeiros, são as despesas com a aquisição de bens de capital que têm maior relevância para o Município, pagando-se 5.077869,65 € do total da despesa orçada para o exercício em análise, conforme execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI).

O quadro que de seguida se apresenta facilita a análise estrutural das despesas de capital, realizadas de acordo com os objetivos e programas aprovados no PPI.



**QUADRO N.º 6 – EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DO ANO DE 2011**

Un.: Euros (€)

OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL	DOTAÇÃO FINAL	EXECUÇÃO	%
<b>1.</b>	<b>Funções Gerais</b>	<b>2.450.150,00</b>	<b>411.607,88</b>	<b>8,11%</b>
<b>1.1.</b>	<b>Serviços Gerais de Administração Pública</b>	<b>2.428.150,00</b>	<b>411.607,88</b>	<b>8,11%</b>
1.1.1.	Administração Geral	2.428.150,00	411.607,88	8,11%
<b>1.2.</b>	<b>Segurança e Ordem Públicas</b>	<b>22.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>
1.2.1.	Proteção Civil e Luta Contra Incêndios	22.000,00	0,00	0,00%
<b>2.</b>	<b>Funções Sociais</b>	<b>7.913.150,00</b>	<b>3.626.797,66</b>	<b>71,42%</b>
<b>2.1.</b>	<b>Educação</b>	<b>2.353.750,00</b>	<b>859.050,83</b>	<b>16,92%</b>
2.1.1.	Ensino Não Superior	2.353.750,00	859.050,83	16,92%
<b>2.3.</b>	<b>Segurança e Ação Social</b>	<b>16.750,00</b>	<b>5.857,77</b>	<b>0,12%</b>
2.3.2.	Ação Social	16.750,00	5.857,77	0,12%
<b>2.4.</b>	<b>Habitação e Serviços Coletivos</b>	<b>4.167.250,00</b>	<b>2.221.821,14</b>	<b>43,75%</b>
2.4.2.	Ordenamento do Território	2.968.950,00	1.908.265,04	37,58%
2.4.3.	Saneamento	890.050,00	233.531,05	4,60%
2.4.4.	Abastecimento de Água	193.100,00	47.820,79	0,94%
2.4.6.	Proteção Meio Ambiente e Conservação Natureza	115.150,00	32.204,26	0,63%
<b>2.5.</b>	<b>Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos</b>	<b>1.375.400,00</b>	<b>540.067,92</b>	<b>10,64%</b>
2.5.1.	Cultura	310.000,00	110.417,68	2,17%
2.5.2.	Desporto, Recreio e Lazer	1.065.400,00	429.650,24	8,46%
<b>3.</b>	<b>Funções Económicas</b>	<b>7.248.300,00</b>	<b>1.039.464,11</b>	<b>20,47%</b>
<b>3.2.</b>	<b>Indústria e Energia</b>	<b>1.713.700,00</b>	<b>343.160,91</b>	<b>6,76%</b>
3.2.0.	Indústria e Energia	1.713.700,00	343.160,91	6,76%
<b>3.3.</b>	<b>Transportes e Comunicações</b>	<b>5.388.000,00</b>	<b>667.634,95</b>	<b>13,15%</b>
3.3.1.	Transportes Rodoviários	5.388.000,00	667.634,95	13,15%
<b>3.4.</b>	<b>Comércio e Turismo</b>	<b>146.600,00</b>	<b>28.668,25</b>	<b>0,56%</b>
3.4.1.	Mercados e Feiras	131.600,00	28.668,25	0,56%
3.4.2.	Turismo	15.000,00	0,00	0,00%
<b>Total</b>		<b>17.611.600,00</b>	<b>5.077.869,65</b>	<b>100,00%</b>

Pela observação do quadro n.º 6 constata-se que é nas funções sociais que mais significado têm os montantes executados pelo Município, com um peso de 71,42%, nomeadamente, na habitação e serviços coletivos e educação, com 43,75% e 16,92% do total, respetivamente.

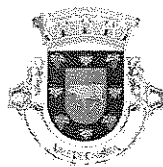


### 4.1.3 – Serviço da Dívida

O quadro seguinte espelha a evolução do serviço de dívida nos últimos três anos, considerando juros e amortizações de empréstimos de médio e longo prazo contraídos pelo Município de Vale de Cambra.

**QUADRO N.º 7 – EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DA DÍVIDA**

Un.: Euros (€)			
	2009	2010	2011
Juros	428.334,36	243.876,52	273.532,73
Amortizações	1.158.453,12	2.011.801,88	1.973.030,14
<b>Total</b>	<b>1.586.787,48</b>	<b>2.255.678,40</b>	<b>2.246.562,87</b>
<b>Dívida ML prazo</b>	<b>18.087.529,32</b>	<b>16.087.948,12</b>	<b>14.114.917,98</b>



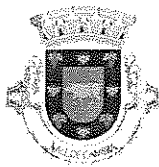
#### 4.1.4 - Estrutura Orçamental – Rácios

A execução orçamental e do plano refletem a estratégia da gestão municipal, passível de ser descrita através de um conjunto de indicadores, que se apresentam de seguida.

**QUADRO N.º 8 – RÁCIOS ORÇAMENTAIS**

	2011
<b>Rácios da Receita</b>	
Impostos Diretos / Receitas Correntes	25,75%
Transferências Correntes / Receitas Correntes	44,84%
Venda de Bens e Serviços / Receitas Correntes	13,28%
Receitas Correntes / Receitas Totais	64,73%
Receitas de Capital / Receitas Totais	35,27%
<b>Rácios da Despesa</b>	
Pessoal / Despesas Correntes	43,17%
Aquisição de Bens e Serviços / Despesas Correntes	33,78%
Investimentos / Despesas de Capital	70,75%
Passivos Financeiros / Despesas de Capital	27,49%
Despesas Correntes / Despesas Totais	57,10%
Despesas de Capital / Despesas Totais	42,90%
<b>Rácios Financeiros</b>	
Pessoal / Receitas Correntes	36,54%
Amortizações + Juros MLP / Receitas Totais	12,88%
Receitas Correntes / Despesas Correntes	118,15%
Receitas de Capital / Despesas de Capital	85,71%

Da análise realizada sobre os rácios orçamentais, importa realçar o cumprimento do Princípio do Equilíbrio Orçamental, consagrado no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL) e alterações. Em termos de execução do orçamento de 2011, as receitas correntes apresentaram um montante superior às despesas correntes.



## 4.1.5 - Resumo dos Fluxos de Caixa

### QUADRO N.º 9 – COMPARAÇÃO ENTRE RECEITA E DESPESA

<b>Recebimentos</b>	
Saldo da Gerência Anterior	1.626.353,20 €
Execução Orçamental	965.777,66 €
Operações de Tesouraria	660.575,54 €
Receitas Orçamentais	16.474.775,62 €
Correntes	11.288.668,17 €
Capital	5.186.107,45 €
Outras	0,00 €
Operações de Tesouraria	1.110.521,04 €
<b>Total</b>	<b>19.211.649,86 €</b>
<b>Pagamentos</b>	
Despesas Orçamentais	16.731.409,71 €
Correntes	9.554.169,50 €
Capital	7.177.240,21 €
Operações de Tesouraria	991.664,46 €
Saldo para a Gerência Seguinte	1.488.575,69 €
Execução Orçamental	709.143,57 €
Operações de Tesouraria	779.432,12 €
<b>Total</b>	<b>19.211.649,86 €</b>

Da poupança orçamental alcançada no exercício de 2011, no valor de 1.734.498,67 € (diferença entre as receitas orçamentais correntes e as despesas orçamentais correntes). O montante conseguido foi utilizado para custear o investimento (despesas de capital). Para repercutir o valor de 709.143,57 € no orçamento do exercício contabilístico de 2012, dever-se-á realizar uma revisão a este orçamento, de acordo com a legislação em vigor.



## 5. Endividamento

Os dados correspondentes aos empréstimos de médio e longo prazo são passíveis de análise utilizando o documento n.º 26 da prestação de contas 2011, sendo que podem também ser analisados os dados presentes no ponto 4.1.3 – Serviço da Dívida do presente relatório.

Importa ter presente que, de acordo com o art.º 37.º da Lei 2/2007 de 15 de Janeiro – Lei das Finanças Locais, o montante do endividamento líquido total de cada município, em 31 de Dezembro de cada ano, não pode exceder 125% do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, relativas ao ano anterior.

Ainda neste âmbito, importa ter presente o disposto do art.º 39.º daquele diploma. Assim:

1 - O montante dos contratos de empréstimos a curto prazo e de aberturas de crédito não pode exceder, em qualquer momento do ano, 10% da soma do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF e da participação no IRS referida na alínea c) do n.º 1 do artigo 19.º, da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, relativas ao ano anterior.

2 - O montante da dívida de cada município referente a empréstimos a médio e longo prazos não pode exceder, em 31 de Dezembro de cada ano, a soma do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS referida na alínea c) do n.º 1 do artigo 19.º, da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local e da derrama, relativas ao ano anterior.

3 - Quando um município não cumpra o disposto no número anterior, deve reduzir, em cada ano subsequente, pelo menos 10% do montante que excede o seu limite de empréstimos, até que aquele limite seja cumprido.

4 - Para efeitos do cálculo dos limites dos empréstimos de médio e longo prazos,



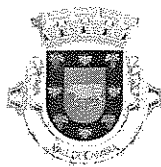
consideram-se os empréstimos obrigacionistas, bem como os empréstimos de curto prazo e de aberturas de crédito no montante não amortizado até 31 de Dezembro do ano em causa.

5 - Podem excepcionar-se do limite previsto no n.º 2 os empréstimos e as amortizações destinados ao financiamento de programas de reabilitação urbana, os quais devem ser autorizados por despacho do Ministro das Finanças.

6 - Podem excepcionar-se do disposto no n.º 2 os empréstimos e as amortizações destinados exclusivamente ao financiamento de projetos com participação de fundos comunitários, desde que o montante máximo do crédito não exceda 75 % do montante da participação pública nacional necessária para a execução dos projetos cofinanciados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) ou pelo Fundo de Coesão, os quais devem ser autorizados por despacho do Ministro das Finanças, devendo ser tido em consideração o nível existente de endividamento global das autarquias locais.

7 - São igualmente excecionados do limite previsto no n.º 2 os empréstimos e as amortizações destinados ao financiamento de investimentos na recuperação de infraestruturas municipais afetadas por situações de calamidade pública.

De acordo com este resumo da conjuntura legal, deve-se ter presente que mais uma vez o Município de Vale de Cambra cumpriu a Lei das Finanças Locais ao reduzir em mais de 10% o excedente do endividamento, percentagem mínima para que o Município não seja penalizado:

**QUADRO N.º 10 – Situação Face aos Limites**

2010 – Situação face aos limites		
ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO		(N) = Excesso, se (A) > (K); (N) = Margem, se (A) < (K)
<b>Excesso</b>		
<b>Margem</b>	1.019.421,26	
ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZO		(O) = Excesso, se (I) > (L); (O) = Margem, se (I) < (L)
<b>Excesso</b>	3.513.443,93	
<b>Margem</b>		
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO		(P) = Excesso, se (J) > (M); (P) = Margem, se (J) < (M)
<b>Excesso</b>	3.341.878,35	
<b>Margem</b>		

2011 – Situação face aos limites		
ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO		(N) = Excesso, se (A) > (K); (N) = Margem, se (A) < (K)
<b>Excesso</b>		
<b>Margem</b>	927.739,28	
ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZO		(O) = Excesso, se (I) > (L); (O) = Margem, se (I) < (L)
<b>Excesso</b>	2.626.288,61	
<b>Margem</b>		
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO		(P) = Excesso, se (J) > (M); (P) = Margem, se (J) < (M)
<b>Excesso</b>	2.996.702,51	
<b>Margem</b>		

Redução do excesso de Endividamento ML prazos	25,25%
Redução do excesso de Endividamento Líquido	10,33%

A redução de 10,33% no excesso do endividamento líquido e 25,25% na redução do excesso de endividamento de médio e longo prazo foi conseguida sem por em causa o investimento necessário ao desenvolvimento sustentado do Município. Tal facto é tanto mais digno de realce porquanto se efetivou num quadro muito complexo da vida económica e financeira do país. Aquelas reduções operacionalizaram-se através da aplicação de princípios gestionários rigorosos e equilibrados.

Torna-se também pertinente salientar que o Município de Vale de Cambra mantém todas as condições para poder recorrer a empréstimos bancários considerados exceção aos limites de endividamento líquido de médio e longo prazos, de acordo com o n.º 6 do art. 39.º da Lei das Finanças Locais.



A melhoria da situação financeira do Município passa obviamente pela obtenção de receitas mas cada vez mais pela crescente racionalização das despesas, num esforço constantemente agravado por imposições legais. É neste âmbito que se afigura como essencial uma gestão cada vez mais eficaz e eficiente.

## **6. Análise Económico-Financeira**

### **6.1 - Balanço**

O Balanço e o Sistema Contabilístico vão ao encontro do previsto no POCAL, refletindo a situação patrimonial municipal em 31 de Dezembro de 2011.

O quadro seguinte representa a estrutura e a evolução patrimonial do Município em 2011, bem como a comparação com o ano de 2010.





## QUADRO N.º 11 – ESTRUTURA E EVOLUÇÃO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO

Un.: Euros (€)

DESCRIÇÃO	2010		2011		VARIAÇÃO	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
<b>Total Ativo</b>	<b>79.920.264,49</b>		<b>81.661.697,70</b>		<b>1.741.433,21</b>	<b>2,18%</b>
Imobilizado	74.579.508,33	93,32%	77.011.815,08	94,31%	2.432.306,75	3,26%
Circulante						
Existências	318.634,99	0,40%	277.218,80	0,34%	-41.416,19	-13,00%
Dívidas de Terceiros Curto Prazo	1.795.767,97	2,25%	1.184.088,13	1,45%	-611.679,84	-34,06%
Disponibilidades	1.626.353,20	2,03%	1.488.575,69	1,82%	-137.777,51	-8,47%
Acréscimos e Diferimentos	1.600.000,00	2,00%	1.700.000,00	2,08%	100.000,00	6,25%
<b>Fundos Próprios</b>	<b>49.675.935,02</b>		<b>51.782.339,40</b>		<b>2.106.404,38</b>	<b>4,24%</b>
Património	22.151.075,34	44,59%	22.151.075,34	42,78%	0,00	0,00%
Reservas Legais	1.257.260,64	2,53%	1.304.656,65	2,52%	47.396,01	3,77%
Doações	178.996,79	0,36%	191.835,69	0,37%	12.838,90	7,17%
Resultados Transitados	25.140.682,07	50,61%	25.967.000,53	50,15%	826.318,46	3,29%
Resultado Líquido do Exercício	947.920,18	1,91%	2.167.771,19	4,19%	1.219.851,01	128,69%
<b>Passivo</b>	<b>30.244.329,47</b>		<b>29.879.358,30</b>		<b>-364.971,17</b>	<b>-1,21%</b>
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	16.087.948,12	53,19%	14.114.917,98	47,24%	-1.973.030,14	-12,26%
Dívidas a Terceiros Curto Prazo	6.528.886,72	21,59%	6.304.135,63	21,10%	-224.751,09	-3,44%
Acréscimos e Diferimentos	7.627.494,63	25,22%	9.460.304,69	31,66%	1.832.810,06	24,03%
<b>Total Fundos Próprios e Passivo</b>	<b>79.920.264,49</b>		<b>81.661.697,70</b>		<b>1.741.433,21</b>	<b>2,18%</b>

O ativo líquido registou no final de 2011 um aumento de 2,18%, como resultado do aumento do imobilizado líquido, cujo peso foi de 94,31%, e dos acréscimos e diferimentos.

Apesar da atual conjuntura económica desfavorável, é de referir que o Município de Vale de Cambra deu continuidade ao esforço de investimento, com maior visibilidade na rubrica do imobilizado.

O ativo circulante, constituído pelas existências, dívidas de terceiros de curto prazo e disponibilidades, regista em 2011 uma diminuição, que se deveu em grande parte à diminuição das dívidas de terceiros de curto prazo.



A observância dos princípios contabilísticos definidos no POCAL na elaboração das demonstrações financeiras, no caso concreto o princípio da especialização dos exercícios, conduz à assunção dos custos e dos proveitos quando incorridos ou obtidos, independentemente do momento em que ocorra o seu pagamento ou recebimento. Tais circunstâncias são vertidas no agrupamento dos Acréscimos e Diferimentos que, no ativo, se desdobram em Acréscimos de Proveitos e Custos Diferidos, sendo que em 2011 o valor de 1.700.000,00€ diz respeito a Acréscimos de Proveitos.

O Passivo totalizou a importância de 29.879.358,30 €, registando uma diminuição relativamente ao ano anterior, no valor de 364.971,17 €.

Esta diminuição reflete-se na globalidade das suas rubricas, nomeadamente nos empréstimos de médio e longo prazo e e nas dívidas a terceiros de curto prazo.

Apesar da sua diminuição, face ao ano anterior, a rubrica que em 2011 tem maior peso são os empréstimos de médio e longo prazo que totalizam o montante de 14.114.917,98 € (ver Quadro n.º 11).

Igualmente sujeitos ao princípio da especialização dos exercícios estão os acréscimos e diferimentos de natureza passiva. Têm lugar sempre que no exercício económico se relevam custos ou se processam receitas, em que as despesas e os proveitos, respetivamente, respeitem a períodos subsequentes. Tais contabilizações ascenderam em 2011 a um valor global de 9.460.304,69€, repartindo-se por Acréscimos de Custos 991.559,30€ e por Proveitos Diferidos 8.468.745,39€.

Relativamente aos fundos próprios estes totalizaram no final do exercício de 2011 o valor de 51.782.339,40 €, valor superior em 4,24% face ao verificado no ano anterior.

O aumento deveu-se não apenas ao resultado líquido gerado no exercício em análise, mas também à globalidade das rubricas que compõem os fundos próprios, nomeadamente os resultados transitados, as doações e as reservas legais.



## **6.2 – Demonstração de Resultados**

A Demonstração de Resultados adequa-se ao previsto no POCAL, apresentando os resultados das operações económicas da atividade do Município ao longo do exercício económico de 2011. Os custos e as perdas e os proveitos e os ganhos são classificados de acordo com a respetiva natureza, originando resultados operacionais, financeiros, extraordinários e líquidos.

A Demonstração de Resultados é elaborada tendo em conta o Princípio Contabilístico da Especialização do Exercício, em que os custos são reconhecidos no exercício económico em que são reconhecidos os proveitos.

Como se pode verificar pela estrutura e evolução dos resultados do Município que se apresenta no quadro a seguir, o Resultado Líquido do Exercício apresenta, em 2011, um aumento de 56,27%, face ao ano transato, com um montante de 2.167.771,19 €.

Para este resultado foi determinante o comportamento dos proveitos, os quais registaram um aumento de 1.434.531,05 € (8,80%), sendo que os custos apenas aumentaram 214.680,04 € (1,52%).

**QUADRO N.º 12- ESTRUTURA E EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS DO MUNICÍPIO**

Un.: Euros (€)

DESCRIÇÃO	2010		2011		VARIACÃO	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
<b>Custos e Perdas</b>	<b>13.920.239,52</b>		<b>14.134.919,56</b>		<b>214.680,04</b>	<b>1,54%</b>
Total dos Custos Operacionais (A)	12.783.207,96	91,83%	12.365.663,03	87,48%	-417.544,93	-3,27%
Total dos Custos Financeiros (C)	520.236,84	3,74%	342.529,19	2,42%	-177.707,65	-34,16%
Total dos Custos Extraordinários	616.794,72	4,43%	1.426.727,34	10,09%	809.932,62	131,31%
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>947.920,18</b>		<b>2.167.771,19</b>		<b>1.219.851,01</b>	<b>128,69%</b>
<b>Proveitos e Ganhos</b>	<b>14.868.159,70</b>		<b>16.302.690,75</b>		<b>1.434.531,05</b>	<b>9,65%</b>
Total dos Proveitos Operacionais (B)	14.059.043,26	94,56%	14.039.714,64	86,12%	-19.328,62	-0,14%
Total dos Proveitos Financeiros (D)	93.329,25	0,63%	131.969,25	0,81%	38.640,00	41,40%
Total dos Proveitos Extraordinários	715.787,19	4,81%	2.131.006,86	13,07%	1.415.219,67	197,72%
<b>Resultados Operacionais (B-A)</b>	<b>1.275.835,30</b>		<b>1.674.051,61</b>		<b>398.216,31</b>	<b>31,21%</b>
<b>Resultados Financeiros (D-C)</b>	<b>-426.907,59</b>		<b>-210.559,94</b>		<b>216.347,65</b>	<b>-50,68%</b>
<b>Resultados Correntes (B+D)-(A+C)</b>	<b>848.927,71</b>		<b>1.463.491,67</b>		<b>614.563,96</b>	<b>72,39%</b>

Como resultado da atividade municipal desenvolvida ao longo do ano de 2011, verifica-se um resultado líquido positivo, originário de um total de proveitos de 16.302.690,75 € e de custos incorridos de 14.134.919,56 €.

Como se pode verificar, são determinantes as atividades operacionais e correntes na formação desse ganho, ao contribuir com um resultado de 1.674.051,61€ e 1.463.491,67€, respetivamente.

A atividade operacional é de facto determinante para os resultados obtidos. De igual forma, do lado dos custos e dos proveitos, são os operacionais os que mais influenciam, com um peso percentual de 87,48% e 86,12%, respetivamente.

Refira-se ainda, que a atividade operacional gera fluxos suficientes para fazer face à totalidade dos custos de igual natureza.

Em 2011, os resultados financeiros fixaram-se em (-) 210.559,94 €, cujo valor conjugado com o resultado operacional justifica um resultado corrente de 1.463.491,67 €.



Os custos extraordinários do exercício refletem um aumento de 131,31%.

## **7. Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício**

Com base nas imposições do ponto 2.7.3 do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro e alterações, o valor do Resultado Líquido do Exercício é transferido para o exercício seguinte, para a conta Resultados Transitados (conta 59). E se o saldo da conta 59 for positivo, o seu valor pode ser repartido para reforço do património e para constituição ou reforço de reservas.

O disposto nos pontos 2.7.3.4 e 2.7.3.5 obriga a que se reforce o património, até que o valor contabilístico da conta 51 corresponda a 20% do ativo líquido, e a que se reforce a conta 571 - Reservas Legais, no valor mínimo de 5% do Resultado Líquido do Exercício.

Por conseguinte, e como o Resultado Líquido do Exercício de 2011 é positivo no valor de 2.167.771,19 €, propõe-se que o mesmo tenha a seguinte distribuição:

Reservas Legais – 108.388,56 €

Resultados Transitados – 2.059.382,63 €

## **8 . Anexos às Demonstrações Financeiras**

### **Introdução**

Determina o POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro e alterações, e Resolução n.º 04/2001 - 2.ª Secção, do Tribunal de Contas, como peça integrante dos documentos de prestação de contas os Anexos às Demonstrações Financeiras.



Assim, as notas que se seguem têm como referência a numeração definida no ponto 8 do POCAL, para apresentação das contas, e visam facultar a informação necessária ao conhecimento da atividade municipal no exercício das suas competências, permitindo uma adequada compreensão das situações expressas nas demonstrações financeiras ou de outras situações que, não tendo reflexo nessas demonstrações, são úteis para uma melhor avaliação do seu conteúdo, conforme definido no ponto 2.4 do POCAL.

As notas que se encontrem omissas não são aplicáveis, ou o conteúdo da sua apresentação não é considerada como informação relevante para a análise das demonstrações financeiras.

O mapas financeiros foram elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e previstos no ponto 3.2 do POCAL.

## **8.1 – Caracterização da Entidade**

### **8.1.1 - Identificação**

*Designação* - Município de Vale de Cambra

*NIF* – 506735524

*Endereço* – Apartado 88, 3730-901 Vale de Cambra

*CAE* – 84113

*Regime Financeiro* – Autonomia administrativa e financeira

*Trabalhadores* – 1 de Janeiro de 2011 – 219 trabalhadores: 190 CTTI + 12 CTTRC + 5 CTTRI + 8 CM + 3 Outras Situações + 1 Avençado

31 de Dezembro de 2011 – 227 trabalhadores: 188 CTTI + 27 CTTRC + 8 CM + 3 Outras Situações + 1 Avençado

O Município de Vale de Cambra ocupa uma área de 148,5 km<sup>2</sup>, onde habitam cerca de 25.000 habitantes. Este é constituído por 9 freguesias: Arões, Cepelos, Codal, Junqueira,



Macieira de Cambra, Rôge, São Pedro de Castelões, Vila Chã e Vila Cova de Perrinho, com um total de 22.672 eleitores inscritos, conforme resultados eleitorais provisórios da Assembleia da República de 2011.

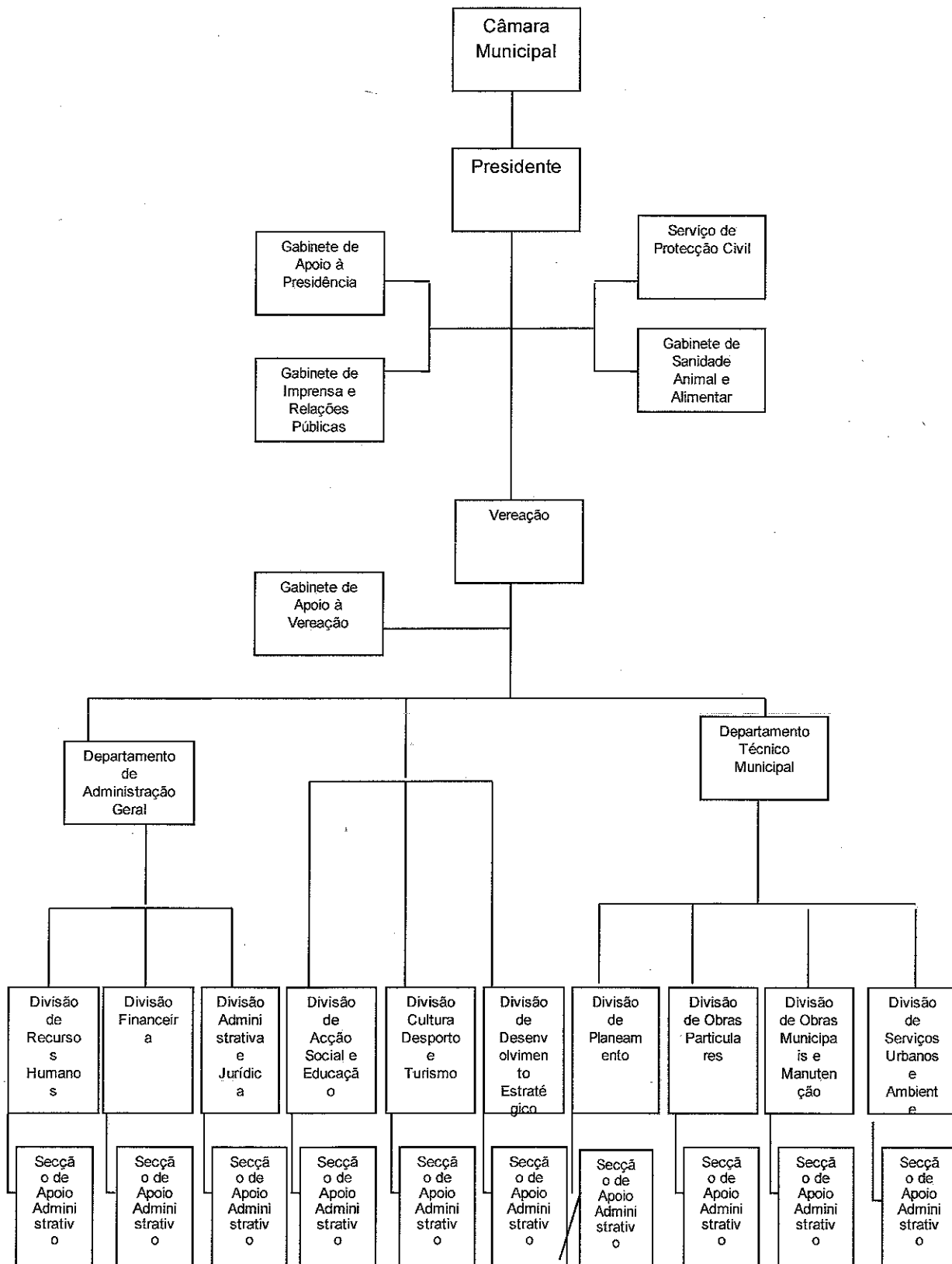
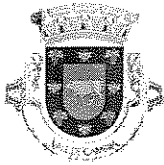
### **8.1.2 - Legislação**

As demonstrações financeiras apresentadas foram elaboradas de acordo com os critérios e princípios contabilísticos geralmente aceites e preconizados no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro, pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de Dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de Abril e pela Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro.

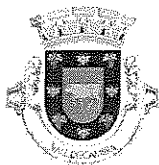
### **8.1.3 – Estrutura Organizacional Efetiva**

	<b>Data de Aprovação</b>	<b>Data de Publicação</b>	<b>Diário da República</b>
<b>Organização dos Serviços Municipais</b>	<b>16 de Novembro de 2010</b>	<b>17 de Dezembro de 2010</b>	<b>II Série, nº 243</b>

Para efeitos do número 3 do artigo 5º da Lei nº 12-A/2008 de 27 de Fevereiro por deliberação de 16 de Novembro de 2010 da Câmara Municipal e por deliberação de 6 de Dezembro de 2010 da Assembleia Municipal, foi elaborado o Mapa de Pessoal do Município de Vale de Cambra para o ano de 2011 em conformidade com o nº 1 do artigo 5º da Lei acima indicada, tendo em conta o Regulamento de Organização dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Vale de Cambra, publicado no Diário da República, II Série, nº 243 de 17 de Dezembro de 2010.







#### **8.1.4 - Descrição Sumária das Atividades**

A atividade desenvolvida pelo Município de Vale de Cambra está de acordo com as atribuições e competências que lhe estão legalmente conferidas pela Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro e pela Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as respetivas alterações.

#### **8.1.5 - Recursos Humanos**

O Órgão Executivo Municipal tem atualmente a seguinte constituição:

- Presidente da Câmara Municipal:

José António Bastos da Silva, Eng.

- Vereadores da Câmara Municipal:

Adriana Helena Silva Rodrigues, Dr.<sup>a</sup>

Elisabete Soares Moreira Rocha, Dr.<sup>a</sup>

José Pedro Vieira de Almeida, Mestre Eng.<sup>a</sup> Urbana

José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, Eng.<sup>o</sup>

Daniela Sofia Paiva da Silva, Dr.<sup>a</sup>

Jorge Manuel Santos Silva, Eng.<sup>o</sup>

#### **8.1.6 - Organização Contabilística**

Ao longo do ano de 2011 todos os registos e operações contabilísticas foram concretizados num sistema de contabilidade único, integrado e organizado de forma centralizada, procurando o rigoroso cumprimento com as determinações do POCAL.

A aplicação de contabilidade utilizada atualmente pelo Município foi desenvolvida pela empresa *Medidata.Net – Sistemas de Informação para Autarquias, S.A.*

Uma vez que quase todas as áreas onde se verifica a necessidade de utilização de uma aplicação informática específica utilizam software fornecido pela *Medidata*, tal revela-se vantajoso na utilização da base de dados que é comum, mas, por outro lado, cria alguns constrangimentos quando existem erros provenientes de áreas diferentes da



contabilidade.

Manteve-se o sistema de controlo de stocks utilizado em 2010. Foram também mantidos os processos inerentes à certificação de Qualidade segundo a norma NP EN ISO 9001:2008 na Divisão Financeira.

Não existiu descentralização contabilística propriamente dita, havendo apenas a passagem de guias de receita em postos variados.

### **8.1.7 – Outras Informações Relevantes**

**Informação no âmbito das alíneas a), b), c) e d) das notas técnicas ao documento n.º 12, constante da Resolução n.º 4/2001**

a) Participação do município nos impostos do Estado – 2011

FEF Corrente - €3.574.599,00

FSM Corrente - €419.200,00

Participação fixa IRS - €486.913,00

FEF Capital - €2.383.066,00

b) Pagamentos relativos a investimentos realizados pelo município em 2010 - €4.912.693,29 (conforme execução PPI em 2010)

c) Ações inspetivas realizadas pelo IGAT e/ou IGF desde 2005:

Inspeção Ordinária Sectorial (Urbanismo e Aquisição de Bens e Serviços )  
com período de incidência: 2002-01-02 a 2006-03-24 (ação inspetiva iniciada em 2006-03-27 e concluída em 2006-06-21)

d) No Município de Vale de Cambra não existem empresas públicas municipais em funcionamento. A Associação de Municípios Terras de Santa Maria na qual este município é associado não tem empréstimos em vigor.



## **8.2 – Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados**

**8.2.1** - O POCAL obriga à existência simultânea e coordenada de três sistemas contabilísticos: Orçamental, Patrimonial e de Custos. Relativamente à Contabilidade de Custos esta encontra-se numa fase inicial de implementação, prejudicada pela falta de recursos humanos.

A ausência da contabilidade de custos não teve qualquer efeito prático no Balanço e na Demonstração de Resultados ou em qualquer outro mapa de prestação de contas, pelo que a informação neles expressa, reflete a imagem verdadeira e apropriada do Ativo, do Passivo, dos Fundos Próprios e dos Resultados do Município de Vale de Cambra.

As notas que se seguem encontram-se organizadas de acordo com a numeração definida pelo POCAL, no seu ponto 8.

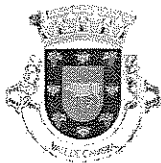
As notas que não sejam aplicáveis ao Município de Vale de Cambra serão omissas.

### **8.2.2 – Comparabilidade**

No ano de 2011 efetuaram-se diversos ajustamentos no sentido de efetuar correções que se referiam a exercícios económicos anteriores, nomeadamente nas rubricas de imobilizado corpóreo e contas da classe 5, o que afeta a comparabilidade nestas rubricas. Não obstante, o princípio da comparabilidade é aplicável às restantes contas do Balanço e da Demonstração de Resultados.

### **8.2.3 – Critérios Valorimétricos**

Os critérios valorimétricos utilizados foram os consagrados no capítulo 4 do Decreto-Lei n.º54-A/99 de 22 de Fevereiro de 1999 (POCAL) e alterações e as taxas de amortização praticadas foram as permitidas pela Portaria n.º 671/2000 (2ª série), que aprova o CIBE –



## Cadastro e Inventário dos Bens do Estado.

Desta forma, para:

**8.2.3.1 - Imobilizado** - O imobilizado encontra-se valorizado ao custo de aquisição, sendo que para os ativos desta natureza obtidos a título gratuito foi considerado o valor resultante de avaliação ou o valor patrimonial definido nos termos legais ou, no caso de não existir disposição aplicável, o valor resultante da avaliação seguindo critérios técnicos que se adequem à natureza dos bens. Na impossibilidade de valorização dos bens, os mesmos assumem o valor zero.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, tendo sido aplicadas as taxas previstas no CIBE (Classificador Geral Integrado no Cadastro e Inventário dos Bens do Estado), aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril.

**8.2.3.2 - Investimentos Financeiros** constituídos por partes de capital, foram valorizados ao preço de aquisição.

**8.2.3.3 - Existências** foram valorizadas através do custo de aquisição, de acordo com os registos contabilísticos e respetiva documentação que os suporta. O custo médio ponderado é o método de custeio utilizado para as saídas de armazém

**8.2.3.4 - Dívidas de e a terceiros** foram expressas pelos valores constantes dos documentos que as titulam, não existindo dívidas em moeda estrangeira.

Em 2011 foram contabilizadas patrimonialmente todas as dívidas a terceiros conhecidas, mesmo aquelas que só venham a ser reconhecidas orçamentalmente em exercícios subsequentes.

**8.2.3.5 - Disponibilidades de caixa e em depósitos bancários** expressam os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósitos, não existindo disponibilidades em moeda estrangeira.



### **8.2.7 – Movimentos do Ativo Imobilizado**

Os movimentos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço e ocorridos durante o exercício de 2011, operacionalizaram-se no estrito cumprimento das regras aplicáveis, nomeadamente as dispostas no POCAL.

As obras por empreitada concluídas em 2011 foram as seguintes:

- Construção da Piscina do Centro Educativo Arões/Junqueira;
- Reabilitação do Centro Coordenador de Transportes;
- Requalificação do Complexo Desportivo Dairas - construção dos Balneários;
- Requalificação do Complexo Desportivo da Raposeira;
- Rede de Drenagem de águas Residuais na EN 224 – 2ª fase;
- Reabilitação de vários Arruamentos – Rua do campo futebol da Raposeira, Rua Vasco da Gama e Rua Camilo Castelo Branco;
- Construção de muro em Fuste;
- Construção do Jardim de Infância de Codal

A desagregação do Ativo Imobilizado pelas diversas rubricas encontra-se no Mapa Ativo Bruto (em anexo).

Na coluna Aumentos traduzem-se as aquisições de imobilizado realizadas em 2011.

Os valores das Transferências e Abates mais significativos explicam-se da seguinte forma:

- na conta 42.1 (€773.060,18) – diz respeito às parcelas adquiridas para a Zona Industrial Lordelo/Codal e que deram origem ao Loteamento. Foram abatidas para serem inseridos os Lotes no Património.
- Os valores de transferências nas contas 44.2 (1.397.641,65€) e 44.5 (749.532,77€), dizem respeito aos valores das obras que foram concluídas em



2011 e transferidas das contas de Imobilizações em curso para as contas de Imobilizado Fixo.

O valor do Imobilizado em curso a 31.12.2011 é de :

- Imobilizado em Curso de Imobilizações Corpóreas: 186.817,57€
- Imobilizado em curso de Bens de Domínio Público: 2.593.000,94€

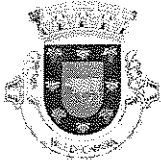
No que diz respeito aos Investimentos Financeiros, a sua movimentação em 2011 é discriminada da seguinte forma:

- Movimentos em 2011 na conta 41.1.2 – Empresas Municipais e Intermunicipais  
Aquisição de 100 ações da Primus MGV – Agência de Promoção e Desenvolvimento Regional, S.A. - € 499,00);
- Movimentos em 2011 na conta 41.1.3 – Empresas Privadas ou Cooperativas  
Aumento da participação do MVC no capital social da ERSUC- Empresa de Resíduos sólidos do Centro , S.A. - €50.120,00;

Participação no património Associativo da empresa Energaia – Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto - €7.200,00.

### **8.2.8 – Movimentos Desagregados do Ativo Imobilizado**

A desagregação do Ativo Imobilizado pelas rubricas de edifícios e Outras Construções e Viaturas encontram-se no Mapa Ativo Bruto e Amortizações e Provisões e contém a sua descrição, data de aquisição e de reavaliação, valor de aquisição ou outro valor contabilístico, taxas de amortização, amortizações do exercício e acumuladas, alienações, transferências e abates no exercício e os respetivos valores do Ativo Imobilizado. Cada



uma das rubricas daqueles mapas encontra-se desagregada de modo a evidenciar a informação legalmente exigível (em anexo).

#### **8.2.13 – Bens utilizados em regime de Locação Financeira**

- Bem n.º 19809 – Mini-autocarro de transportes escolares (44-HD-41), com valor de aquisição de 29.220,00€ e saldo credor em 31 de Dezembro de 2011 de 8.319,73€.
- Bem n.º 21608 – Automóvel Ligeiro de Passageiros (27-JT-36), com valor de aquisição de 41.700,00€ e saldo credor em 31 de Dezembro de 2011 de 33.122,61€.
- Bem n.º 22140 – Automóvel Pesado de Mercadorias (46-MH-80), com valor de aquisição de 47.232,00€ e saldo credor em 31 de Dezembro de 2011 de 45.921,86€.

#### **8.2.14 – Relação dos bens do Imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade**

A relação de bens do imobilizado que não foi possível valorizar são essencialmente os que têm valor histórico e não foram objeto de valorização aquando do Balanço Inicial, como por exemplo a maioria dos bens expostos no Museu Municipal, nomeadamente imagens, trajas, diversos utensílios, bem como quadros de outras épocas.

#### **8.2.15 – Identificação dos bens de domínio público que não são objeto de amortização e indicação das respetivas razões**

De acordo com as disposições legais constantes do CIBE, não são susceptíveis de amortização os terrenos, bem como alguns bens que são afetos ao domínio público, como



por exemplo o Monumento Rotário em homenagem à indústria do concelho (localizada em frente ao Edifício Municipal), e dado ter sido objeto de doação e um trabalho conjunto de várias empresas.

### 8.2.16 - Mapa das entidades participadas

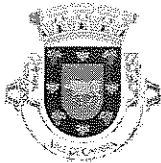
O Município de Vale de Cambra possui participações nas seguintes entidades Societárias:

Denominação	Capital	Participação	%
ERSUC – Resíduos Sólidos do Centro, S.A.	8.500.000,00 €	96.275,00 €	1,13%
Lusitaniagás – Companhia de Gás do Centro, S.A.	20.500.000,00 €	3.895,00 €	0,02%
Municípa – Empresa de Cartografia e Sist. Informação	3.236.678,67 €	24.950,00 €	0,77%
VCP – Parque de Estacionamento de Vale de Cambra	205.000,00 €	100.450,00 €	49,00%
Primus – Promoção, Desenvolv. Regional, EMT, S.A.	813.859,02 €	499,00 €	0,06%
Energiaia – Agência Energia Sul Área Metropolit. Porto	150.000,00 €	7.200,00 €	4,80%

No que respeita às Entidades não Societárias, o Município de Vale de Cambra participa nas seguintes:

Área Metropolitana do Porto
Foresp
ANMP
Porto e Norte, Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R.
AMTSM
ADRMAG (Assoc. Desenv. Rural Integrado Serras Montemuro, Arada e Gralheira)
ADReDV (Agência Desenv. Regional Entre Douro Vouga
EDV Energia





### **8.2.26 – Descrição desagregada das responsabilidades, por garantia e cauções prestadas e recibos de cobrança**

Ver documentos de prestação de contas n.ºs 9 e 10.

### **8.2.27 – Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 – FUNDO PATRIMONIAL, constantes do balanço**

O Fundo Patrimonial apresentava no início do exercício de 2011 o valor de 49.675.935,02€, retendo-se em Património 22.151.075,34€ e o restante em Reservas, Doações e Resultados Transitados.

Na 57.1 -*Reservas Legais* - houve um aumento no valor de 47.396,01€ referente a aplicação de resultados líquidos conforme deliberação da Assembleia Municipal.

Na conta 57.6 – *Doações* – o valor 12.838,90€, refere-se às seguintes doações:

- 12.000,00€ da empresa Medicina Laboratorial Dr. Luís A. Soares
- 200,00€ da empresa Continente
- 200,00€ da empresa Sopinal
- 438,90€ de encarregados de educação do Jardim de Infância de Ramilos (televisor e leitor de dvd)

Na conta 59 – *Resultados Transitados* – para além de englobar o resultado líquido do ano transato conforme deliberado pela Assembleia Municipal, compreende também o diferimento de um subsídio para investimento atribuído em 2010 para a obra “Construção do Jardim de Infância de Codal”.



### 8.2.29 – Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Un.: Euros (€)

	CMVMC	=	Existência Inicial	+	Compras	+	Regularizações	-	Existência Final
36.1	534.127,18	=	318.634,99	+	514.131,00	+	-21.420,01	-	277.218,80
32.1	5.494,38	=	0,00	+	5.494,38	+	0,00	-	0,00

### 8.2.31 – Demonstração dos Resultados Financeiros

Em anexo.

### 8.2.32 – Demonstração dos Resultados Extraordinários

Em anexo.

## 8.3 - Notas sobre o Processo Orçamental e Respetiva Execução

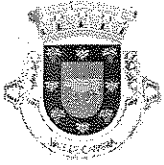
### 8.3.1.- Modificações ao Orçamento

Durante o exercício económico de 2011 foram efetuadas 34 modificações (trinta e duas alterações e duas revisões) ao Orçamento, as quais se consubstanciaram em:

- Trinta e duas alterações ao Orçamento da Despesa;
- Duas revisões ao Orçamento da Receita e ao Orçamento da Despesa.

### 8.3.2 – Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Plano de Atividades Municipal

No que se reporta ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Plano de Atividades Municipal, na gerência em análise foram efetuadas:



- Vinte e nove alterações ao Plano Plurianual de Investimentos;
- Onze alterações ao Plano de Atividades Municipal;
- Duas revisões ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Plano de Atividades Municipal.

(ver documentos de prestação de contas n.ºs 14, 15 e 16).



# ANEXOS

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação/ ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
41	INVESTIMENTOS FINANCEIROS	175.450,00		57.819,00		233.269,00
41.1	Partes de Capital	175.450,00		57.819,00		233.269,00
41.1.1	Associações de Municípios					
41.1.2	Empresas Municipais e Intermunicipais			499,00		499,00
41.1.3	Empresas Privadas ou Cooperativas	175.450,00		57.320,00		232.770,00
41.2	Obrigações e Títulos de Participação					
41.2.1	Empresas Municipais e Intermunicipais					
41.4	Investimentos em Imóveis					
41.4.1	Terrenos e Recursos Naturais					
41.4.2	Edifícios e Outras Construções					
41.4.2.1	Edifícios					
41.4.2.2	Outras Construções					
41.5	Outras Aplicações Financeiras					
41.5.1	Depósitos em Instituições Financeiras					
41.5.2	Títulos de Dívida Pública					
41.5.3	Outros Títulos					
42	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	49.366.427,06		3.869.625,78	892.435,58	52.343.617,26
42.1	Terrenos e Recursos Naturais	7.095.568,60		1.501.937,13	773.060,18	7.824.445,55
42.2	Edifícios e Outras Construções	35.121.629,39		1.816.076,91	33.421,84	36.904.284,46
42.2.1	Edifícios	7.923.343,19		10.270,00	33.421,84	7.900.191,35
42.2.2	Outras Construções	27.198.286,20		1.805.806,91		29.004.093,11
42.2.2.01	Outros Edifícios	18.232.477,14		1.725.598,13		19.958.075,27
42.2.2.01.1	Instalações dos Serviços	2.268.728,51		48.647,12		2.317.375,63
42.2.2.01.2	Instalações Desportivas e Recreativas	6.928.378,11		870.355,37		7.798.733,48
42.2.2.01.3	Mercados e Instalações de Fiscalização Sanitária	478.996,95		27.045,38		506.042,33
42.2.2.01.5	Escolas	6.030.493,60		624.445,06		6.654.938,66
42.2.2.01.7	Outros	2.525.879,97		155.105,20		2.680.985,17
42.2.2.02	Construções Diversas	8.965.809,06		80.208,78		9.046.017,84
42.2.2.02.1	Outros	8.965.809,06		80.208,78		9.046.017,84
42.3	Equipamento Básico	2.400.892,90		125.034,34	8.068,74	2.517.858,50
42.4	Equipamento de Transporte	1.056.157,20		57.936,00	63.076,08	1.051.017,12
42.5	Ferramentas e Utensílios	115.713,60		3.668,04	1.555,04	117.826,60
42.6	Equipamento Administrativo	2.228.000,47		200.501,19	12.317,71	2.416.183,95
42.7	Taras e Vasilhame					
42.9	Outras Imobilizações Corpóreas	1.348.464,90		164.472,17	935,99	1.512.001,08
43	IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	950.286,06				950.286,06
43.1	Despesas de Instalação					
43.2	Despesas de Investigação e de Desenvolvimento	908.543,55				908.543,55
43.3	Propriedade Industrial e Outros Direitos	41.742,51				41.742,51
43.9	Outras					
44	IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	2.091.182,96		2.835.809,97	2.147.174,42	2.779.818,51
44.1	Imob. em Curso de Investimentos Financeiros					
44.2	Imob. em curso de Imobilizações corpóreas	621.175,18		963.284,04	1.397.641,65	186.817,57
44.3	Imob. em Curso de Imobilizações Incorpóreas					
44.5	Imob. em Curso de Bens de Domínio Público	1.470.007,78		1.872.525,93	749.532,77	2.593.000,94
44.6	Adiantamentos p/ conta de bens de Domínio Público					
44.7	Adiantamentos por Conta de Invest. Financeiros					
44.8	Adiantamento p/ conta de imobilizações corpóreas					
44.9	Adiantamentos por conta Imobilizações Incorpóreas					
45	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	45.873.670,33		1.879.001,34		47.752.671,67
45.1	Terrenos e Recursos Naturais	7.096.060,68		323.020,56		7.419.081,24
45.3	Outras Construções e Infraestruturas	38.395.448,73		1.555.980,78		39.951.429,51
45.5	Bens do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural	332.583,80				332.583,80
45.9	Outros bens de Domínio Público	49.577,12				49.577,12
	Total .....	98.457.016,41		8.642.256,09	3.039.610,00	104.059.662,50

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
48 AMORTIZACOES ACUMULADAS	24.345.145,79	2.796.860,32	94.158,69	27.047.847,42
48.1 De Investimentos em Imoveis				
48.1.1 Terrenos e Recursos Naturais				
48.1.2 Edificios e Outras Construcoes				
48.1.2.1 Edificios				
48.1.2.2 Outras Construcoes				
48.2 De Imobilizacoes Corporeas	13.294.066,43	1.205.970,49	94.158,69	14.405.878,23
48.2.1 Terrenos e Recursos Naturais				
48.2.2 Edificios e Outras Construcoes	8.106.662,61	678.102,21	8.972,40	8.775.792,42
48.2.2.1 Edificios	3.785.339,46	208.002,63	8.972,40	3.984.369,69
48.2.2.2 Outras Construcoes	4.321.323,15	470.099,58		4.791.422,73
48.2.3 Equipamento Basico	1.779.659,01	178.132,56	7.831,75	1.949.959,82
48.2.4 Equipamento de Transporte	700.555,51	63.899,24	63.076,08	701.378,67
48.2.5 Ferramentas e Utensilios	95.369,86	8.282,82	1.418,67	102.234,01
48.2.6 Equipamento Administrativo	1.946.113,48	153.614,79	12.354,84	2.087.373,43
48.2.7 Taras e Vasilhame				
48.2.8 Património Cultural				
48.2.9 Outras Imobilizacoes Corporeas	665.705,96	123.938,87	504,95	789.139,88
48.3 De Imobilizacoes Incorporeas	650.371,76	74.789,32		725.161,08
48.3.1 Despesas de Instalacao				
48.3.2 Despesas de Investigacao e Desenvolvimento	608.629,25	74.789,32		683.418,57
48.3.3 Propriedade Industrial e Outros Direitos	41.742,51			41.742,51
48.5 De Bens de Dominio Publico	10.400.707,60	1.516.100,51		11.916.808,11
48.5.1 Terrenos e Recursos Naturais				
48.5.2 Edificios				
48.5.3 Outras Construcoes e Infraestruturas	10.394.472,15	1.515.020,68		11.909.492,83
48.5.5 Bens de Patrimonio historico, Artistico e Cultural	2.695,14	449,19		3.144,33
48.5.9 Outros Bens de Dominio Publico	3.540,31	630,64		4.170,95
49 PROVISOES PARA INVESTIMENTOS FINANCEIROS				
49.1 Partes de Capital				
49.2 Obrigacoes e Titulos de Participacao				
49.5 Outras Aplicacoes Financeiras				
A transportar .....				
Total .....	24.345.145,79	2.796.860,32	94.158,69	27.047.847,42

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS FINANCEIROS

ANO 2011

ENTIDADE

MVC

MUNICIPIO DE VALE DE CAMBRA

Janeiro - Dezembro

Pag. 1

CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
	N	N - 1		N	N - 1
681 - JUROS SUPOSTADOS	334.524,79	511.897,94	781 - JUROS OBTIDOS	35.474,06	27.330,60
682 - PERDAS EM ENTIDADES PARTICIPADAS			782 - GANHOS EM ENTIDADES PARTICIPADAS	50.120,00	
683 - AMORTIZAÇÕES DE INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS			783 - RENDIMENTOS DE IMÓVEIS	44.267,99	47.649,67
684 - PROVISÕES PARA APLICAÇÕES FINANCEIRAS			784 - RENDIMENTOS DE PARTICIPAÇÕES DE CAPITAL		
685 - DIFERENÇAS DE CÂMBIO DESFAVORÁVEIS			785 - DIFERENÇAS DE CÂMBIO FAVORÁVEIS		
687 - PERDAS NA ALIENAÇÃO DE APLICAÇÕES DE TESOURARIA			786 - DESC. DE PTO. PAGAMENTO OBTIDOS		
688 - OUTROS CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS	8.004,40	8.338,90	787 - GANHOS NA ALIEN. APLIC. TESOURARIA		
<b>RESULTADOS FINANCEIROS</b>	-210.559,94	-426.907,59	788 - OUTROS PROV. E GANHOS FINANCEIROS	2.107,20	18.348,98
<b>Total .....</b>	<b>131.969,25</b>	<b>93.329,25</b>	<b>Total .....</b>	<b>131.969,25</b>	<b>93.329,25</b>

O Tesoureiro

Em \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_

O Funcionário

Em \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EXTRAORDINARIOS

ANO 2011

ENTIDADE MVC -

MUNICIPIO DE VALE DE CAMBRA

Janeiro - Dezembro

Pag. 1

CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
	N	N - 1		N	N - 1
691 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL CONCEDIDAS	74.989,58	267.486,15	791 - RESTITUIÇÃO DE IMPOSTOS		
692 - DÍVIDAS INCOBRÁVEIS			792 - RECUPERAÇÃO DE DÍVIDAS		
693 - PERDAS EM EXISTÊNCIAS	22.016,61	12.401,14	793 - GANHOS EM EXISTÊNCIA	596,60	
694 - PERDAS EM IMOBILIZAÇÕES	784.440,77	117.698,65	794 - GANHOS IMOBILIZAÇÕES	1.723.428,52	202.601,00
695 - MULTAS E PENALIDADES	332,19	540,00	795 - BENEFÍCIOS PENAL. CONTRATUAIS		7,56
696 - AUMENTOS AMORTIZ. PROVISÕES			796 - REDUÇÕES AMORT. PROVISÕES		
697 - CORREÇÕES REL. EXERC. ANTERIORES	544.845,74	218.634,52	797 - CORREÇÕES RELAT. EXERC. ANTERIORES	65.310,64	1.323,07
698 - OUTROS CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS	102,45	34,26	798 - OUTROS PROV. GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	341.671,10	511.855,56
RESULTADOS EXTRAORDINARIOS	704.279,52	98.992,47			
Total .....	2.131.006,86	715.787,19	Total .....	2.131.006,86	715.787,19

O Tesoureiro

Em \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_

\_\_\_\_\_

O Funcionário

Em \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_

\_\_\_\_\_